

PROTOCOLO 57-000090/2020

PARECER Nº. 053/2021-DP-4

**RENOVAÇÃO CONTRATO -
PRORROGAÇÃO DE PRAZO
VIGÊNCIA - CONTRATO Nº
066/2020 - Pregão Eletrônico
002/2020 - PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS EM MEDICINA E
SEGURANÇA DO TRABALHO
- VIABILIDADE JURÍDICA.**

Através do presente protocolo, a Gerência de Administrativa e de Pessoal, solicita análise e parecer jurídico sobre a possibilidade de renovação do contrato de prestação de serviços nº 66/2020 firmado com a empresa CLÍNICA MÉDICA DO TRABALHO PROTEGE2 LTDA em 06/10/2020 (cópia às fls. 175/191), como resultado do Pregão Eletrônico nº 002/2020, e que tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO**.

Trata-se do primeiro termo de aditamento, ressaltando que a prorrogação do prazo de vigência não implicará no reajustamento dos valores dos serviços objeto do contrato.

Foram acostadas ao processo orçamentos atualizados obtidos junto ao mercado, autorização para aditamento, declarações demonstrando possuir recursos financeiros para a renovação, bem como de que os preços estão em consonância com as práticas de mercado. De igual forma, a justificativa quanto a necessidade e em relação a regular execução dos serviços pela contratada.

É o breve relatório.

A Lei prevê, a possibilidade de prorrogação dos contratos de prestação de serviços a serem executados de forma continuada licitados até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração.

No que concerne ao primeiro requisito - prazo limite - verifica-se que o contrato está vigente pelo prazo de 12 (doze) meses e a prorrogação por mais 12 (doze) meses o manterá dentro da margem permitida pela lei.

Em relação à vantagem para a Administração, não existem elementos objetivos que evidenciem a sua ausência, sendo pertinente destacar que o custo mensal do contrato não sofrerá alteração e inexistente no processo qualquer indício de que o contrato não estaria sendo executado à contento, muito ao contrário, a GAP

declara ser vantajosa a prorrogação e atesta a satisfatoriedade na execução dos serviços pela contratada.

Quanto aos elementos discricionários da vantajosidade, sua análise, evidentemente, é de competência da Diretoria Executiva da Companhia.

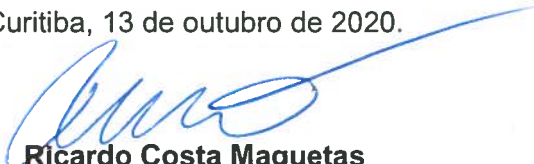
No aspecto de eventual risco de caracterização de fracionamento ou desvio da modalidade licitatória, por sua vez, verifica-se até agosto/2020 a quantia de R\$ 4.193 e projetado um desembolso do valor de R\$ 14.994,00 até 12/10/2022 (fls. 219/220), afastando tal possibilidade, dispensando-se maiores justificativas.

De outro viés, conforme se observa da cláusula terceira do contrato originário, restou contemplada a possibilidade de prorrogação amparada nas disposições legais aplicáveis e mediante a formalização do respectivo instrumento de aditamento. Destaca-se que a renovação por 12 (doze) meses é idêntico ao prazo inicialmente contratado e mostra-se dentro dos preceitos legais estabelecidos pela Lei.

Considerando as condições estabelecidas no contrato firmado e as determinações legais acerca da possibilidade de se efetuar a prorrogação, entende essa Supervisão que não há óbice para que o mesmo seja efetivado.

Assim sendo, mediante a deliberação e autorização da Diretoria Executiva da Companhia, poderá ser formalizada a prorrogação contratual, nos termos da minuta acostada às fls. 217/218, que está adequada às determinações legais pertinentes.

Curitiba, 13 de outubro de 2020.



Ricardo Costa Maguetas
Assessor Jurídico
OAB-PR 28.275